

QUEM SÃO AS MULHERES NA POLÍTICA? PERFIL SOCIAL E CARREIRA DAS DEPUTADAS FEDERAIS ELEITAS ENTRE 1933 E 2018¹

Taiane Fabiele da Silva Bringhenti (Doutoranda PUCRS)

Lara Agustina Sosa Márquez (Doutoranda PUCRS)

Resumo: este trabalho investiga quem foram as mulheres eleitas ao cargo de Deputada Federal durante toda a história da Câmara dos Deputados. Para isso, são analisadas as características biográficas de 466 parlamentares, no que se refere aos dados de carreira (idade de ingresso e primeiro cargo político, cargos acumulados até eleição a Deputada Federal, filiação partidária e número de mandatos como Deputada Federal) e *background* social (idade que se elegeu, cor/etnia, formação, profissão, ocupação, região geográfica e estado). A abordagem metodológica é quantitativa, com análise descritiva dos resultados. Como produto pode ser identificado os principais traços do perfil de mulheres que ocuparam e ocupam o cargo de Deputada Federal. São majoritariamente brancas, com alto grau de escolaridade, baixo tempo de experiência prévia (baixo índice de profissionalização).

Palavras-chave: Mulheres na política. Perfil social. Carreira política. Deputadas Federais.

1 INTRODUÇÃO ²

Durante grande parte da história política do Brasil, os espaços de tomada de decisão conservaram uma fisionomia predominantemente masculina. De 1933 até 2018, somente 408 mulheres foram eleitas ao cargo de Deputada Federal, um número muito inferior se comparado ao total de homens eleitos para o mesmo período. E quem foram e são essas mulheres que garantem a participação feminina em um dos principais espaços de tomada de decisão? Quais as características biográficas desse grupo que ocupou e ocupa uma posição privilegiada no processo interno de organização e produção legal da instituição parlamentar em âmbito nacional?

O presente trabalho pretende contribuir para debater essas questões, tendo como recorte de análise os dados biográficos das 466 mulheres que ocuparam o cargo de Deputada Federal entre 1933 e 2018. Serão mensurados 21 indicadores empíricos, relacionando dados de carreira política (idade de ingresso e primeiro cargo político, cargos acumulados até eleição a Deputada Federal, filiação partidária e número de mandatos como Deputada Federal) e *background* social (idade que se elegeu, cor/etnia, formação, profissão, ocupação, região geográfica e estado). A abordagem metodológica será quantitativa, com análise descritiva dos resultados — dispondo do auxílio operacional da

¹ Trabalho apresentado no 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020. Grupo de trabalho 14 - Elites, Espaços e Formas de Dominação.

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

programação do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para a leitura e construção do banco de dados.

As fontes utilizadas, são as tradicionais no estudo de elites políticas no Brasil: o site oficial da Câmara dos Deputados e o dicionário histórico bibliográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Importa ressaltar que com os resultados dessa investigação pretende-se contribuir para uma importante discussão que não se restringe as fronteiras da academia. Se por um lado saber quem são as mulheres que chegaram lá é uma forma de refletir sobre os critérios de seleção, recrutamento e escolha daqueles (a) que possuem uma posição privilegiada no processo interno de organização e produção legal da instituição parlamentar, em âmbito nacional; por outro, também é necessário conhecer mais sobre essas pessoas que possuem a importante tarefa de representar e dar voz às demandas sociais, para estar atento à qualidade e ao grau de representatividade dentro do processo de tomada de decisão (BRINGHENTI, 2019).

Os resultados iniciais indicam importantes conclusões sobre o perfil geral das mulheres eleitas nos últimos 85 anos da história do legislativo. São majoritariamente brancas, com alto grau de formação educacional e formadas em direito. Quanto a carreira política chama atenção a pouca ou nenhuma experiência política anterior, idade entre 30 – 40 anos e a predileção da Câmara dos Deputados como um espaço para iniciação da carreira política³.

Para estruturar a presente pesquisa o artigo ficou estruturado da seguinte forma: na seção intitulada “Será que mulher realmente não gosta de política ou era ausência de oportunidade?” serão explorados indicadores gerais, que condicionaram e ainda condicionam a representação das mulheres no espaço legislativo, apontado para a lenta mudança no quadro geral de eleições para mandatos de Deputada Federal. Seguido, a seção “Notas metodológicas” apontará as principais escolhas e procedimentos metodológicos tomados para a construção desta pesquisa. Em “Resultados de pesquisa: quem são elas?” são explorados os resultados de pesquisa de forma descritiva, com tabelas, quadros e cálculos de frequência; seguido da conclusão.

2 “SERÁ QUE MULHER REALMENTE NÃO GOSTA DE POLÍTICA OU ERA AUSÊNCIA DE OPORTUNIDADE?”

A frase que inaugura essa seção é da Deputada Federal Soraya Santos, do Partido da República (PR-RJ). Nessa ocasião a parlamentar discutia sobre a importância das disposições legais para a participação das mulheres na política (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Em 30 de setembro de 1977, há

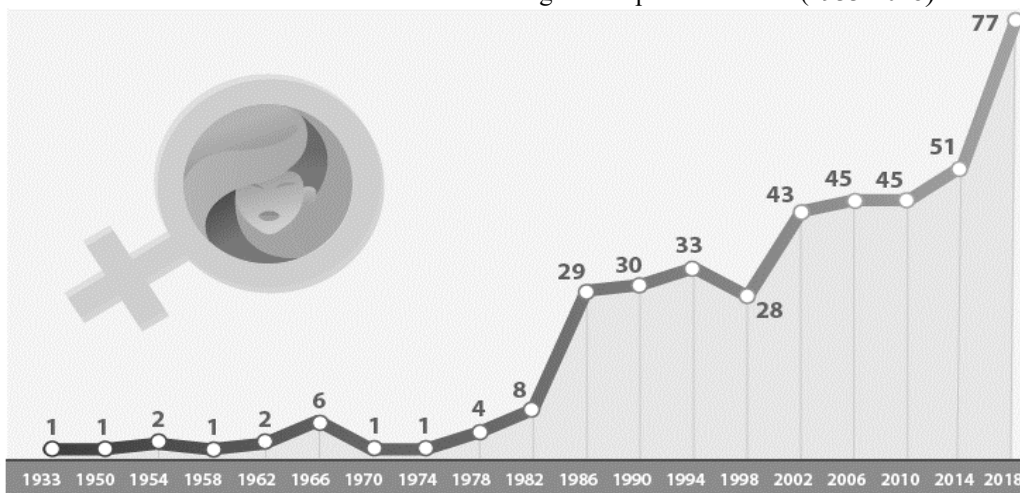
³ Este trabalho é um recorte e aprimoramento da dissertação de mestrado sob o título “Profissionalização política e regime autoritário: perfil social e carreira dos Deputados Federais (1967-1982)”, defendida por uma das autoras deste artigo, Taiane Bringhenti, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2019.

pouco mais de 20 anos, foi publicada a Lei nº 9.504 que estabelecia normas e regras gerais para as eleições⁴. A novidade dessa publicação foi a definição legal que favorecia a participação das mulheres no processo de eleição ao cargo parlamentar, estabelecendo “o número de vagas resultante das regras previstas [...], **onde** cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo” (BRASIL, 1977, grifo nosso). Também definia que no período compreendido “entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, [...] **o partido poderia** promover propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política” (BRASIL, 1977, grifo nosso).

Para Soraya, a publicação de 1997 foi um marco que finalmente reconheceu a necessidade de dar voz às mulheres no espaço da política institucional, diminuindo a distância entre as mulheres e os cargos políticos. Mas avaliando os dados quantitativos da Câmara dos Deputados, por exemplo, por mais que essas medidas tenham incentivado o número de candidaturas de mulheres e jogado luz sobre a relevância do debate sobre igualdade de gênero na política, de forma prática, essas disposições não elevaram o número de mulheres eleitas para cargos eletivos, embora tenha existido o crescimento do número de candidaturas (BRINGHENTI, 2019).

As cotas por si só não são suficientes para garantir a maior presença de mulheres nos espaços políticos. No caso da Câmara dos Deputados, a fisionomia do quadro geral continua a replicar a desigualdade de gênero, que atravessa momentos e legislaturas para sua perpetuação⁵. Para constatar esse fato basta olhar os números, conforme indicado no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Mulheres eleitas ao cargo de Deputada Federal (1933-2018).



Fonte: HAJE, 2018.

⁴ BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de set. de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília: DF, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm. Acesso em: 16 de out. de 2020.

⁵ Embora não seja objetivo dessa pesquisa discorrer sobre os motivos que levam a baixa participação das mulheres na política, Bohn (2008) ao analisar o sistema de valores, atitudes e comportamentos dos eleitores brasileiros em relação a participação das mulheres na política, identifica que: “embora a maioria no Brasil seja, em tese, favorável, à participação eqüitativa da mulher na política, a rejeição do princípio da igualdade de gênero, quando ocorre, associa-se com valores e atitudes de conservadorismo moral e social e também de baixo apoio ao regime democrático, o que indica a permanência de bolsões de atitudes e valores tradicionais, conservadores e autoritários no interior da sociedade brasileira” (BOHN, 2008, p. 352).

Sanchez (2016) compara o número de mulheres eleitas aos números populacionais do Brasil, indicando que “apesar de comporem 51% da população e 52% do eleitorado, ocupam apenas 10% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 13% no Senado” (SANCHEZ, 2016. p. 44) — isso em 2016 no momento de sua análise. Para a autora, uma vez que as mulheres não estão no processo de tomada de decisão, elas “[...] acabam se tornando apenas objetos. Isso quer dizer que por estarem ausentes dos espaços tradicionais de deliberação política elas não podem falar por si próprias” (ibidem, p. 44) reforçando e sustentando o ciclo da sub-representação das mulheres na política⁶.

Das conclusões que a autora nos sugere, chama atenção para o fato de somente 10% das mulheres estarem representadas dentro do espaço político, e podemos questionar: o quão representativo são esses 10%? O quanto o perfil e a fisionomia desse grupo, representam a grande população de mulheres a nível nacional? Uma forma de pensar essa representação ou falta dela, é observar quem são essas mulheres que ocupam os cargos eletivos, tal como o objetivo deste presente artigo.

3 NOTAS METODOLÓGICAS

Nesta pesquisa a unidade de análise são as mulheres eleitas/suplentes que em algum momento ocuparam o cargo de Deputada Federal entre 1933 e 2018. Somando-se todo o material foram coletados 466 casos, que se repetiam ou não, de acordo com cada eleição (os casos que se repetiam se referem à reeleição de alguma parlamentar, nesses casos ela possuía mais de uma entrada no banco de dados).

Para a determinação das variáveis considerou-se os objetivos da pesquisa, com a finalidade de a) conhecer quem eram as mulheres que ocuparam o cargo de Deputado Federal b) observar as condições e os percalços desse grupo c) o modo como buscaram se dedicar a política de médio a longo prazo e d) os caminhos e posições que ocuparam ao longo da carreira.

Quadro 1 - Variáveis considerada para a construção do banco de dados

Variável	Valores/categorias	Descrição
Legislatura	Todas as legislaturas eleitas de 1933-2018	Legislatura em que foi eleita
Estado	Todos os estados	Estas variáveis foram mobilizadas com o

⁶ Mais tarde, outras disposições também seguiram no sentido de tornar o espaço político mais aberto a participação das mulheres. Sobre as novas disposições, ver em: QUINTELA. Débora; DIAS, Joelson. Participação política das mulheres no Brasil: das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação. Brasília: **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 2, n. 1, 2016, p. 52-74.

Variável	Valores/categorias	Descrição
Região	Norte, nordeste, sul, sudeste, centro-oeste	intuito de verificar se as diferenças sociais, culturais, econômicas e espaciais (características de cada região e parte do país) podem ter influências quanto à formação do quadro de parlamentares eleitas.
Filiação partidária	Partidos de 1933 até 2018 (incluindo os partidos já extintos).	Representa as escolhas estratégicas e pessoais dos indivíduos ao se lançarem pelo partido X ou Y. Aqui será considerado o partido em que foi eleita ao cargo de DF.
Idade	Idade exata em que foi eleita na legislatura analisada	Idade em que a parlamentar tinha quando foi eleita ao cargo de DF
Formação	Ensino fundamental, ensino fundamental incompleto, ensino médio, ensino médio incompleto, graduação, graduação incompleto, sem informações.	Apontada como um dos indicadores mais expressivos para o mapeamento da posição social da qual partem os indivíduos políticos, a variável de formação educacional oferece conclusões importantes sobre os mecanismos que operam “na seleção daqueles que farão parte da elite política e na exclusão dos demais” (PERISSINOTO et al; 2009. p. 284). Nesta variável verifica-se os percursos educacionais adquiridos pelas parlamentares antes de ocupar o cargo de Deputado Federal.
	Especialização, especialização incompleta, mestrado, mestrado incompleto, doutorado, doutorado incompleto	
	Se possui mais de uma graduação, não possui mais de uma graduação,	Mais de uma titulação de ensino superior
	Se possui formação internacional, não possui formação internacional	Se possui ou não experiência de formação educacional (graduação e pós) em outros países
Ocupação		A fonte de “recrutamento político e do meio social de onde veio determinado deputado” (RODRIGUES, 2009. p. 10) também pode ser inferida pela análise dos recursos profissionais, quando observado a proveniência de atuação dos atores. Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram inseridas uma pluralidade de profissões no banco de dados, pois as parlamentares que fazem parte da análise possuem uma origem sócio ocupacional bastante diversificada. E assim como apontado por Rodrigues (2009) são muitos os casos, antes da eleição ao primeiro mandato, em que o deputado possuía mais de uma ocupação, e frente a essa situação todas as profissões citadas foram acrescentadas.
Cor/etnia	Branca, negra, parda, indígena, <i>missing</i>	Para medi-la foi necessário a utilização de uma técnica de identificação racial/étnica, empregada em estudos sociológicos e na coleta de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ⁷ .

⁷ Existem em média três espécies de métodos para a classificação e identificação étnica/racial, a) auto atribuição, pelo qual o próprio indivíduo analisado se declara, dentro da classificação sugerida pelo pesquisador, b) ancestralidade biológica, utilizada para analisar grandes grupo populacionais através da análise do material genético e 3) hetero

Variável	Valores/categorias	Descrição
Cargo de estreia	Sem cargo (não possui atuação em cargos políticos até a eleição analisada), vereadora, prefeita, vice-prefeita, deputada estadual, senadora, governadora, vice-governadora, deputada federal, suplente de Deputada Federal, suplente de senadora	
Idade de estreia	idade exata em que foi eleita	Idade em que foi eleita ao primeiro cargo político
Tempo de experiência prévia	cálculo em tempo exato, em relação à experiência prévia	tempo de experiência antes de se eleger DF
Partido de estreia		filiação partidária no momento de ingresso na política
Cargos acumulados	Sem cargo (não possui atuação em cargos políticos até a eleição analisada), vereadora, prefeita, vice-prefeita, deputada estadual, senadora, governadora, vice-governadora, deputada federal, suplente de Deputada Federal, suplente de senadora	São relacionadas às posições ocupadas durante a carreira, com base na proposta de estrutura de carreira de Miguel (2003).

Fonte: elaborado pelas autoras.

Em relação às fontes de pesquisa houveram dificuldades para o preenchimento e construção do banco de dados. O site oficial da Câmara dos Deputados é muito comum entre pesquisas de perfil de elites parlamentares, ao longo de muitos anos, pesquisas e mais pesquisas foram (e ainda estão) desenvolvidas utilizando as informações biográficas dos deputados e deputados brasileiros contidas na plataforma. Mas a plataforma também tem muitas limitações, porque grande parte das biografias estão incompletas, em algumas faltam dados de escolaridade, outras dado de nascimento e outras, inclusive, estão sem a informação de filiação partidária. Nos casos em que não foi possível encontrar as informações biográficas no site, foi inserido no banco a categoria *missing* (999)⁸.

A instrumentalização do banco de dados se dará por meio do software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Comum em pesquisas de cunho estatístico o SPSS possui métodos e gráficos que facilitam o cruzamento de variáveis, sendo um recurso muito utilizado na Ciência Política para trabalhar com muitas informações, testes de correlação e multicausalidade. Meireles

atribuição, que consiste na avaliação do pesquisador para a determinação racial por meio de fotografia ou até mesmo entrevistas (OSÓRIO, 2009). Para classificar as deputadas será utilizado o método de hetero atribuição, com base em quatro categorias (branco, negro, pardo, indígena). A predileção por esse método reflete a dificuldade em relacionar a auto atribuição das parlamentares, posto que essa informação não está relacionada nas fontes utilizadas para esta pesquisa e não seria possível (no tempo previsto para a pesquisa) entrevistar todos os casos para obter delas essa indicação, há também o fato de que muitos já faleceram. Assim, ficou em incumbência do pesquisador estabelecer a classificação através de fotografias disponíveis na biografia de cada parlamentar no site da Câmara dos Deputados.

⁸ Destaca-se também que a categoria (999) presente em quase todas as variáveis, corresponde ao *missing* (diz respeito à falta de dados, uma linguagem universal utilizada na construção de banco de dados).

(2014) destaca que o uso deste programa representa um grande benefício para a manipulação de dados na observação de tendências, identificação de padrões e comportamento, exame de prevalências e riscos, definição de estratégias e elaboração de modelos de investigação.

Será manipulada como indicador de experiência e trajeto na atividade política a variável carreira política e não trajetória, o que representa a exclusão de alguns indícios do repertório biográfico dos casos analisados. Quando mobilizado dados de carreira refere-se basicamente a idade de ingresso (cargo ocupado), número de mandatos, filiação partidária e cargos ocupados; equivalendo unicamente a posições institucionais eletivas e que em decorrência disso são mais fáceis de mensurar, disponíveis em grande parte das biografias coletivas e no site da Câmara dos Deputados (COSTA; CODATO, 2012).

Em outra via, a definição de trajetória política relaciona as ocupações de socialização política que vão além dos cargos eletivos ou ligados a partidos políticos, incorporando, por exemplo, a participação em movimentos sociais. Encontrada principalmente em trabalhos influenciados pela Antropologia Política, a trajetória pressupõe a “revalorização das trajetórias individuais, alianças diádicas, laços de deferência e lealdades pessoais, como mecanismos de adaptação que complementam e viabilizam o funcionamento das instituições” (SANTOS, 2000, p. 19). E considerando o tempo de construção deste trabalho, não foi possível a incorporação de variáveis de trajetória.

4 RESULTADOS DE PESQUISA: QUEM SÃO ELAS?

Ao todo foram 466 mulheres que ocuparam/ocupam a cadeira legislativa durante toda a história da Câmara dos Deputados. Um grupo bastante pequeno — se considerado a presença de homens para o mesmo período — mas homogêneo, quando observado as características biográficas, tanto em relação aos dados sociológicos, quanto dados de carreira política.

A Tabela 1 reúne a porcentagem de mulheres de acordo com classificação étnica/racial. O dado não revela nenhuma novidade, o parlamento brasileiro é predominantemente formado por mulheres brancas. E essa situação não é somente uma característica da bancada feminina, mas também pode ser considerado para todo o grupo legislativo, como afirma Campos:

Não é preciso ser um observador atento da política brasileira para perceber que ela é feita basicamente por homens brancos. Uma rápida mirada pelos noticiários jornalísticos já é capaz de indicar o quanto pretos e pardos estão alijados da representação e dos demais postos de poder (CAMPOS, 2015. p. 689).

A presença de mulheres negras cresce somente a partir da legislatura de 2003 (com a eleição de duas deputadas) e na última eleição em 2018 chega à marca de seis eleitas⁹; do número total a

⁹ As mudanças ocorrem a passos lentos, e atualmente os números não representam uma maior abertura para diversidade étnica/racial do legislativo, em 2018 por exemplo, dos eleitos a Câmara dos Deputados, somente 4,09 % eram autodeclarados negros e 20,27 % pardos (MORAES, 2018).

maior porcentagem foi eleita pelo estado do Rio de Janeiro e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), seguido pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Outra marca importante das últimas eleições, foi a vitória eleitoral da primeira mulher indígena Joênia Whapichana. A deputada faz parte da bancada do estado de Roraima, pelo partido Rede Sustentabilidade, e foi eleita para a 56ª legislatura com total de 8.491 votos (AGÊNCIA BRASIL, 2018).

Tabela 1 - Cor/etnia das parlamentares eleitas entre 1933-2019

Cor/etnia	Frequência	Porcentagem (%)
Branca	426	91,4
Parda	19	4,1
Indígena	1	0,2
Negra	20	4,3
<i>Missing</i>	0	0
Total	466	100

Fonte: elaborada pelas autoras com base em - BRASIL, 2012

As deputadas indicam um alto índice de formação educacional, 88,8 % possuem/possuíam diploma de graduação. Essa porcentagem não muda muito de uma legislatura para outra, muito menos se comparado as regiões ou estados; as mulheres com diploma sempre foram a maioria e na 56ª legislatura por exemplo, das 77 eleitas, 73 tem diploma de graduação. O índice de escolaridade é um dado bastante aludido pela literatura, que também corrobora com os dados apresentados na Tabela 2 (SANTOS, 1999; SANTOS, 2000; CARVALHO, 2005; CODATO, 2014).

Tabela 2 – Formação educacional das parlamentares eleitas entre 1933-2018

Formação	Frequência	Porcentagem
Ensino Médio	20	4,3
Ensino Médio Incompleto	1	0,2
Graduação	414	88,8
Graduação Incompleto	15	3,2
<i>Missing</i>	16	3,4
Total	466	100

Fonte: elaborada pelas autoras com base em - BRASIL, 2012.

Para complementar a análise referente a formação educacional, foi considerado se as parlamentares possuíam mais de um diploma. Da soma total: 175 possuíam mais de um diploma de graduação, com 37,6 %; e outras 267 não possuíam, correspondendo a 57,3 %. Grande parte dos casos com mais de uma titulação, se dava pelo casamento entre o diploma de direito (+) outra formação: direito + jornalismo; direito + enfermagem; direito + licenciatura e direito + medicina. Também foi observado a frequência de cursos de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*):

Tabela 3 – Parlamentares eleitas entre 1933-2018 que possuem cursos de pós-graduação

Lato sensu/ stricto sensu	Frequência	Porcentagem (%)
Possui	219	47
Não possui	231	49,6
<i>Missing</i>	16	3,4
Total	466	100

Fonte: elaborada pelas autoras com base em - BRASIL, 2012.

Inicialmente seriam computados os casos de formação e mais de uma formação, no entanto, ao longo da construção do banco de dados chamou a atenção o número de mulheres com formação em universidades internacionais, seja de graduação ou pós-graduação. Assim, se considerou relevante trazer essa informação, que também auxilia a contextualizar o alto índice educacional das mulheres eleitas a deputada federal. A Tabela 4 sistematiza os dados, mas é importante ressaltar que não foi possível, dentro do tempo previsto para a realização desta pesquisa, diferenciar a formação entre especialização, mestrado, mestrado profissional, doutorado ou instituição de ensino (que pode, inclusive, indicar a possibilidade de novas investigações).

Tabela 4 – Formação fora do país das parlamentares eleitas entre 1933-2019

Formação fora do país	Frequência	Porcentagem (%)
Possui	76	16,3
Não possui	368	79
<i>Missing</i>	22	4,7
Total	466	100

Fonte: elaborada pelas autoras com base em - BRASIL, 2012.

Os cursos de formação foram bastante diversificados. Nas últimas duas legislaturas houve um crescimento de profissionais com diploma de licenciatura (letras, história e pedagogia), mas nada que altere o quadro majoritário de advogadas, tendência já explorada por Santos (1999), Marengo dos Santos (2000) e Rodrigues (2009) posicionando a advocacia no topo das profissões entre os e as parlamentares homens e mulheres¹⁰. Na tabela 5 foram colocadas todas as profissões que tiveram entrada no banco de dados — as biografias utilizadas como fonte são de responsabilidade da própria parlamentar, assim as profissões acrescentadas foram aquelas indicadas na página de cada biografia,

¹⁰ A presença massiva de certo tipo de profissional na composição da elite política, demonstra que há determinantes na configuração social de modo que a ambição por um cargo político é resultado “não de uma “vocação”, mas da combinação complexa de fatores socioeconômicos” (COSTA; CODATO, 2012, p. 2), culturais e históricos. A complexidade da estrutura social tende a não ser representada de forma precisa no espaço representativo, fornecendo uma “imagem invertida da estrutura social, visto que mais de três quartos dos deputados provém do decil mais favorecido – social e culturalmente – da população” (GAXIE, 2012. p. 166).

por isso há casos onde constam apenas a informação “professora”, sem designar especificamente o curso de formação.

Tabela 5- Formação profissional das parlamentares eleitas entre 1933-2018

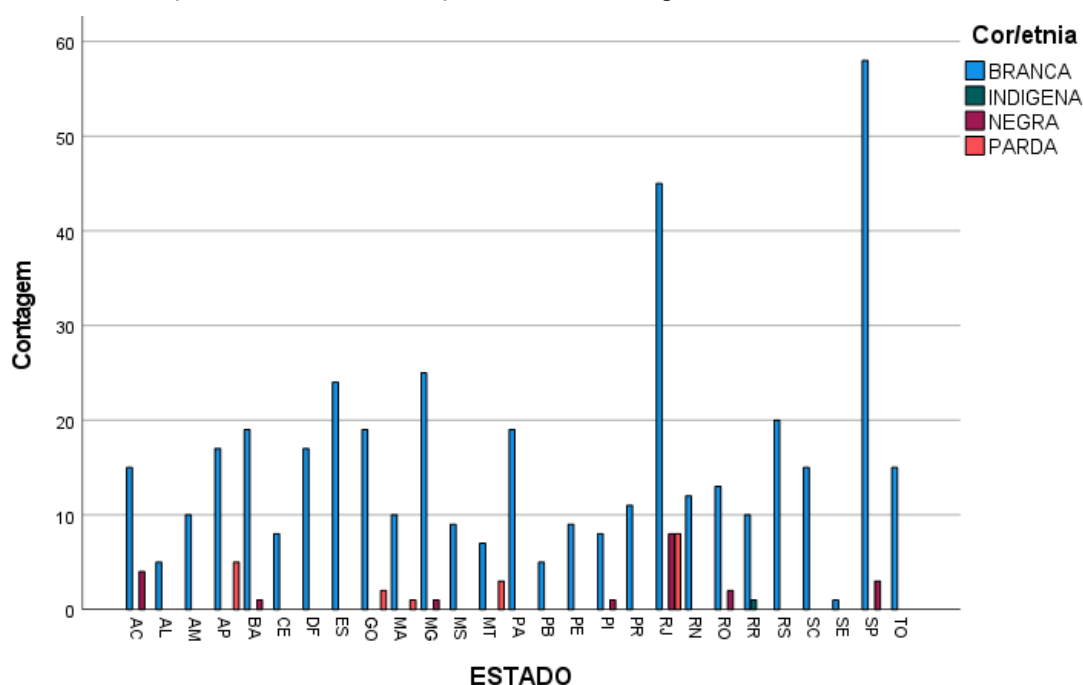
Formação profissional	Frequência	Porcentagem
ADMINISTRAÇÃO	15	3,2
DIREITO	84	18,0
AGRICULTURA	5	1,1
ARQUITETURA	3	0,6
ARTES CÊNICAS	2	0,4
ARTISTA PLÁSTICA	1	0,2
ASSISTENTE SOCIAL	9	1,9
ATRIZ	2	0,4
BIBLIOTECÁRIA	1	0,2
BIOLOGIA	3	0,6
CANTORA	2	0,4
CIÊNCIA POLÍTICA	2	0,4
COMÉRCIO	3	0,6
COMUNICAÇÃO	7	1,5
DENTISTA	4	0,9
DIGITAÇÃO	1	0,2
ECONOMIA	15	3,2
ED. FISICA	3	0,6
SERVIÇO DOMÉSTICO	2	0,4
EMPRESÁRIA	10	2,1
ENFERMAGEM	12	2,6
ENGENHARIA	13	2,8
ESCRITORA	1	0,2
FARMÁCIA	8	1,7
FILOSOFIA	6	1,3
FÍSICA	2	0,4
FISIOTERAPIA	4	0,9
GESTÃO PÚBLICA	3	0,6
HISTÓRIA	10	2,1
JORNALISMO	30	6
LETRAS	20	4,3
MAJOR	1	0,2
MATEMÁTICA	6	1,3
MEDICINA	27	5,8
PASTORA EVANGÉLICA	1	0,2
PEDAGOGIA	32	6,9
POLÍCIA CIVIL	1	0,2
PROFESSORA	7	1,5
ED. ARTÍSTICA	3	0,6

Formação profissional	Frequência	Porcentagem
PROFISSIONAL TÉCNICA	1	0,2
PSICOLOGIA	24	5,2
PUBLICIDADE	2	0,4
QUÍMICA	1	0,2
SECRETÁRIA	4	0,9
SERVIÇO SOCIAL	16	3,4
SERVIÇO PÚBLICO	7	1,5
SOCIOLOGIA	8	1,7
TEOLOGIA	1	0,2
VETERINÁRIA	2	0,4
MISSING	39	8,3
Total	466	100,0

Fonte: elaborada pelas autoras com base em - BRASIL, 2012.

Quando cruzado os dados sociológicos com o estado e a região das eleitas, podemos inferir que: os estados que mais elegeram mulheres foram São Paulo 13% e Rio de Janeiro 13%, e os estados com menor número de mulheres eleitas foi Alagoas 0,2% e Acre 0,2%. Em relação a etnia/raça o estado com maior frequência foi Rio de Janeiro (8 casos) e Acre, que das 19 mulheres eleitas, 4 eram negras. O Gráfico 2, deixa mais evidente essa relação:

Gráfico 2 – Relação de estado e classificação étnica/racial das parlamentares eleitas entre 1933-2019



Fonte: elaborada pelas autoras com base em - BRASIL, 2012.

Depois de São Paulo e Rio de Janeiro, o Mato Grosso foi o estado com maior frequência de dupla diplomação, seguido de Goiás. Por fim, a formação internacional teve melhor desempenho no estado de São Paulo, Distrito Federal e Goiás. Os casos de deputadas com formação no ensino médio

foi registrado nos estados de: Amazonas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. O único caso de ensino médio incompleto foi do Rio de Janeiro.

4.1 DADOS DE CARREIRA POLÍTICA

A primeira variável observada foi a idade em que as mulheres chegaram ao cargo de Deputada Federal. A média de idade para chegar a um cargo na política profissional está relacionada a uma pluralidade de fatores, subjetivos e objetivos, de um processo de formação e seleção. E dentre os fatores objetivos, figura a normativa estipulada pela Constituição Federal de 1988, que prevê idade mínima para candidaturas aos cargos do Executivo e Legislativo. Mais tarde, em junho de 2015, o Congresso aprova uma nova disposição que torna o critério de idade mais aberto aos candidatos “mais jovens”, fixando a exigência de idade mínima aos cargos de Senador (de 38 anos para 29), Deputado Federal e estadual (de 21 anos para 18) e Governador e vice-governador (de 30 para 29 anos)¹¹.

Todavia, a frequência de parlamentares mais jovens ou mais experientes, pode indicar a existência de critérios ou fatores constitutivos do perfil de indivíduos que chegam à política profissional. E no caso das mulheres Deputadas Federais, os números sugerem a predominância da faixa etária entre 40 e 60 anos (240 casos). O maior grupo de mulheres eleitas tinham 46, 49 e 50 anos no momento da eleição, que pode indicar que existe um caminho até chegar ao cargo eletivo, podendo ser muitas vezes fora da política. Como visto na seção anterior, todas as parlamentares possuíam formação profissional antes de concorrer ao cargo, e isso leva tempo e dedicação. Não é incomum que a pessoa invista em uma formação profissional e depois decida ou consiga se destacar na política.

Outro dado importante para a análise da carreira política é o ano de ingresso ou *debut* — expressão utilizada por Marengo dos Santos (2000) para indicar o momento de ingresso na política. A Tabela 6 evidencia que o momento de ingresso para as mulheres, ocorre com maior frequência entre 30 e 40 anos.

¹¹ No entanto, de modo diverso a outros âmbitos profissionais, na política não há elementos pré-determinados (tirando o fato da idade mínima) que exijam dos candidatos o desenvolvimento prévio de alguma habilidade ou know-how que oriente a ação profissional, como no caso dos médicos, advogados e professores, que passam por uma série de anos preparatórios. Assim, a política profissional pode ser um espaço que acolha indivíduos de diferentes faixas etárias, do mais jovem (que inicia a carreira no início de sua vida adulta) aos mais experientes (que antes de chegar à política acumulam anos de preparo e trabalho em outras áreas de atuação ou até mesmo outras atividades políticas). Dos fatores subjetivos, pode-se inferir sobre o plano de carreira do indivíduo, a vontade de se candidatar a um cargo, a trajetória pessoal de cada um, a vulnerabilidade eleitoral, os critérios de escolhas dos representados (que podem ver de modo negativo a inexperiência projetada pela face dos mais jovens, ou até mesmo, a incapacidade dos mais experientes em assumir diferentes demandas) e mais uma dúzia de fatores que podem se relacionar com o momento institucional específico e os critérios de recrutamento e seleção da elite política, como visto anteriormente (SANTOS, 1999; SANTOS, 2000).

Tabela 6 – Idade de ingresso na política das parlamentares eleitas entre 1933-2018

Idade de ingresso	Frequência	Porcentagem %
20	1	,2
21	4	,9
22	1	,2
23	2	,4
24	13	2,8
25	9	1,9
26	13	2,8
27	8	1,7
28	13	2,8
29	10	2,1
30	12	2,6
31	7	1,5
32	7	1,5
33	13	2,8
34	11	2,4
35	18	3,9
36	17	3,6
37	14	3,0
38	16	3,4
39	24	5,2
40	19	4,1
41	13	2,8
42	7	1,5
43	14	3,0
44	7	1,5
45	16	3,4
46	19	4,1
47	10	2,1
48	4	,9
49	13	2,8
50	15	3,2
51	10	2,1
52	4	,9
53	5	1,1
54	6	1,3
55	9	1,9
56	1	,2
57	2	,4
58	5	1,1
59	6	1,3
60	2	,4
61	9	1,9

Idade de ingresso	Frequência	Porcentagem %
63	1	,2
64	6	1,3
66	1	,2
79	1	,2
<i>Missing</i>	46	10,2
Total	466	100,0

Fonte: elaborada pelas autoras com base em - BRASIL, 2012.

Relacionando idade de ingresso e legislatura, não foram encontradas grandes alterações que pudessem indicar que há relação da idade com o ano das eleições ou região. A cada eleição o quadro se repete e mantém a idade com frequência entre 30 e 40 anos.

O cargo de estreia apresentado na Tabela 6, destaca a importância da Câmara dos Deputados para a perpetuação e participação das mulheres na política. Das 466 eleitas, 229 tiveram seu primeiro cargo como Deputada Federal. Nesse caso, é interessante destacar que a disputa ao cargo de Deputada Federal pode ser descrita como um divisor de águas para a carreira, abrindo espaço para socialização entre as elites políticas de todos os cantos do país.

Outro cargo de entrada é a Câmara Municipal, que representa uma passagem tradicional até o legislativo nacional (MIGUEL, 2003). Somam-se 27% as mulheres que tiveram seu primeiro mandato como vereadoras, e quando relacionado idade e cargo de ingresso, aquelas entre a faixa de 30 e 40 anos são maioria entre as iniciantes como vereadoras.

Tabela 7 - Cargo de estreia na política das parlamentares eleitas entre 1933-2018

Cargo de estreia	Frequência	Porcentagem (%)
Deputada Estadual	73	15,7
Deputada Federal	229	49,1
Vereadora	128	27,4
Vice-governadora	2	0,4
Vice-prefeita	6	1,3
Prefeita	19	4,1
Senadora	3	0,6
Total	466	100,0

Fonte: elaborada pelas autoras com base em - BRASIL, 2012.

O tempo de experiência entre a idade de ingresso e a chegada na Câmara dos Deputados registrou maior porcentagem (26%) entre aquelas sem experiência prévia. A parlamentar com maior bagagem foi Sandra Cavalcanti (Partido da Frente Liberal - PFL), que acumulou 37 anos de experiência antes de chegar a CD, com cargos como Vereadora e Deputada estadual.

A tendência das últimas legislaturas foi o aumento do número de parlamentares sem experiência prévia, 15 (2011) e 19 (2015) para 30 (2019). Das 466 mulheres: 109 ocupou um cargo antes de ser eleita DF, 55 ocupou dois cargos, 73 mais de 3 cargos e 229 não ocupou nenhum cargo antes. Grande parte dos cargos acumulados indicam a reeleição como vereadora, reeleição como prefeita e reeleição como deputada estadual como formas de acúmulo de experiência política.

Revisado os dados quantitativos, qual a fisionomia geral das mulheres que ocuparam o cargo de Deputada federal na Câmara dos Deputados? Para tornar a leitura desse perfil geral, temos o Quadro 2, que converge as características com maior frequência entre as variáveis analisadas:

Quadro 2- O perfil da mulher eleita ao Cargo de Deputada Federal

Característica	Resultado (com maior porcentagem)
Etnia/raça	Branca
Formação	Graduação
Profissão	Advogada
Ocupação	Advogada/jornalista
Idade de ingresso na política	30 - 40 anos
Cargo de ingresso na política	Deputada Federal
Tempo de experiência prévia	Sem experiência prévia
Cargos acumulados	Sem experiência prévia
Partido	PT ou PCdoB

Fonte: elaborada pelas autoras com base em - BRASIL, 2012.

5 CONCLUSÃO

Como visto, na longa história do legislativo, somente 466 mandatos de Deputada Federal foram exercidos por mulheres. Um número muito inferior se comparado a porcentagem de homens eleitos, evidenciando que o espaço político ainda mantém os históricos indicadores de desigualdade de gênero. Por mais que a mudança esteja acontecendo — visto o aumento de eleitas nos últimos dez anos — o processo é lento, e consegue ser ainda pior quando comparado o número de mulheres brancas e negras.

Assim como o quadro geral da Câmara dos Deputados, os resultados encontrados apontam para um grupo de mulheres bastante coeso tanto em relação às variáveis sociológicas, quanto em relação as variáveis de carreira política. São mulheres majoritariamente brancas, de círculos sociais marcados pela alta escolaridade, pouca ou nenhuma experiência política anterior, idade entre 30 – 40 anos e que tem na Câmara dos Deputados um espaço para iniciação da carreira política.

A cada troca de mandato, cada eleição e cada legislatura, ainda resultam na continuidade de um modelo e quadro político já existente, que ultrapassa os anos e contextos históricos para sua perpetuação.

Também fica evidente a necessidade de dar continuidade para esse tipo de estudo. Existem variáveis que não puderam ser relacionadas nessa presente pesquisa, mas que podem ser bastante qualitativas se adicionados a análise, como: a relação de parentesco entre a elite política, diferenciação entre formação lato sensu e stricto sendo, cargos e experiência para além de mandatos eletivos, trabalho legislativo e relação de votos para eleições.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Primeira mulher indígena é eleita para a Câmara dos Deputados**. IN: Exame, site de notícias, 10 de out. de 20108. Disponível em: <https://exame.com/brasil/primeira-mulher-indigena-e-eleita-para-a-camara-dos-deputados/> . Acesso em: 16 de out. de 2020.

AZEVEDO, Débora Bithia; RABAT, Mario. Palavra de mulher: oito décadas de direito ao voto. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012.

BAKES, Ana Luíza. **Mulheres na política**. Estudo técnico, jun. de 2020. Consultoria legislativa, Brasília, DF. E-book. Disponível em: file:///C:/Users/taian/Downloads/Backes_mulheres_politica.pdf. Acesso em: 10 de nov. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de set. de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Brasília: DF, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm. Acesso em: 16 de out. de 2020.

BRASIL. **Congresso Nacional. Câmara dos Deputados**. Dados biográficos dos Deputados Federais. Brasília, DF. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>. Acesso em: 10 de abr. de 2020.

BRINGHENTI, Taiane. Profissionalização política e regime autoritário: perfil social e carreira dos Deputados Federais (1967-1982). 2019. **Dissertação** (mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GAXIE, Daniel. Les enjeux citoyens de la professionnalisation politique. França: **Journal Mouvements**, n.18, 2001.

HAJE, Lara. **Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas**. Câmara de Notícias, Brasília: 2018. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/>>. Acesso em: 25 de março de 2020.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENÓ, Lucio. Estratégias para sobreviver politicamente – Escolha de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. Campinas: **Opinião pública**, v. 9, n. 1, 2003.

MENEGUELO, Rachel, et all. Mulheres e Negros na Política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros. Campinas: **Centro de Estudos de Opinião Pública**, 2012.

MIGUEL, Luís Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: **Revista de Ciências Sociais**, vol. 58, n. 3, 2015.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE**. Brasília: instituto de pesquisa econômica aplicada IPEA, 2003.

MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe. Capital familiar e carreira política no Brasil - o caso da Câmara dos Deputados. [Anais]. Gramado: anais do 8o Encontro da ABCP, 2012. 2-22 p.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: UFPR, 2015.

PERISSINOTTO, Renato; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. Rio de Janeiro: **Dados, Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 2, 2009.

PEIXOTO, Vitor; GOULART, Nelson Motta; TIESSE DA SILVA, Gabriel. Os partidos e as mulheres: a sub-representação eleitoral feminina nas eleições proporcionais municipais de 2012. Vitória: **Almanaque de Ciência Política**, v. 1, 2017. 15-29 p.

QUINTELA, Débora; DIAS, Joelson. Participação política das mulheres no Brasil: das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação. Brasília: **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 2, n. 1, 2016, 52-74 p.

RODRIGUES, Leôncio. **Fontes secundárias de recrutamento político**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

RODRIGUES, Leôncio. **Mudanças na classe política brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SANTOS, André Marenco. Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros 1946-1998. 2000. **Tese** (doutorado em Ciência Política) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SANTOS, André Marenco. Nas fronteiras do campo político: Raposas e outsiders no congresso nacional. Brasília: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1997.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999. *In*: **Elites políticas e econômicas no Brasil Contemporâneo**. (Org.) DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano; BOSCHI, Renato. São Paulo: Editora Konrad Adenauer, 1999.

SANCHEZ, Beatriz. Gênero e política: uma análise da atual conjuntura brasileira. **Em debate**: Belo Horizonte, v.8, n.5, p.42-46, jul. 2016.